

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	18
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	20
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	21
2.5 Medições não contábeis	23
2.6 Eventos subsequentes as DFs	28
2.7 Destinação de resultados	29
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	31
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	32
2.10 Planos de negócios	33
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	36
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	37
5.2 Descrição dos controles internos	43
5.3 Programa de integridade	48
5.4 Alterações significativas	55
5.5 Outras informações relevantes	56

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – “IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A administração da Companhia entende que as necessidades de caixa da Companhia consistem em capital de giro, pagamento do endividamento e despesas de capital relacionadas aos investimentos em suas operações. As fontes de liquidez da Companhia advêm do fluxo de caixa das suas operações e empréstimos de curto e longo prazo. Em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, o fluxo de caixa da Companhia utilizado nas atividades de investimentos foi oriundo principalmente dos empréstimos e capitalizações (*Equity*).

A tabela abaixo apresenta um resumo da situação patrimonial e financeira da Companhia (incluindo liquidez) para os exercícios indicados:

	Exercício social encerrado em findo em 31 de dezembro de		
Consolidado (em R\$ milhões)	2023	2022	2021
Receita operacional líquida	5.858,6	5.058,6	3.745,0
Lucro bruto	2.091,8	2.095,4	1.537,9
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.337,7	1.319,4	1.158,0
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.372,5	2.287,1	3.067,9
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	305,9	473,6	416,1
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	387,8	344,3	737,8
Endividamento Bruto ⁽¹⁾	-3.255,8	-3.140,0	-4.017,6
Dívida Líquida ⁽²⁾	-2.562,1	-2.322,1	-2.863,7
Patrimônio líquido	2.946,8	4.588,6	4.170,1
Rentabilidade			
Lucro (prejuízo) líquido /	45,4%	28,8%	27,8%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Patrimônio líquido			
Liquidez corrente ⁽³⁾	0,42	1,02	1,35
<p>(1) Endividamento Bruto é a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos mercantis financeiros circulantes e não circulantes.</p> <p>(2) dívida líquida é calculada como a soma de empréstimos e financiamentos e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros circulantes e não circulantes, líquidos de instrumentos financeiros derivativos (ativo circulantes e não circulantes), menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e caixa restrito de dívidas bancárias e financiamentos.</p> <p>(3) Liquidez corrente é calculada pela divisão do ativo circulante total pelo passivo circulante total.</p>			

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a receita operacional líquida atingiu R\$ 5.858,6 milhões, aumento de 15,81% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O volume total transportado, de 45,4 bilhões de TKU, foi 1,65% maior a 2022. Principalmente impulsionado pela normalização da safra de grãos combinado com uma melhor tarifa média no decorrer de 2023. O lucro operacional em 2023 foi de R\$ 2.091,8 milhões, ficando nos mesmos patamares em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O EBITDA foi de R\$ 2.415,0 milhões, redução de 1,86% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A dívida líquida somou R\$ 2.562,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que comparado ao valor de R\$ 2.322,1 milhões em 2022, representando um aumento de 10,34%, devido principalmente a captação de R\$ 1.065,9 junto BNDES/Citibank para operacionalizar a reorganização societária com Rumo S.A., compensado pela amortização de principal e juros dos empréstimos e financiamentos de R\$ 1.175,5 milhões. Além disso o caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários da Companhia tiveram uma redução de 35,41% em 2023, quando comparado a 2022.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida atingiu R\$ 5.058,6 milhões, aumento de 35,08% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O volume total transportado, de 44,7 bilhões de TKU, foi 19,6% maior a 2021. Principalmente impulsionado pela normalização da safra de milho e pelo volume de farelo de soja. O lucro operacional em 2022 foi de R\$ 2.095,4 milhões, representando um aumento de 13,9% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O EBITDA foi de R\$ 2.460,8 milhões, aumento de 36,25% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A dívida líquida somou R\$ 2.322,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que comparado ao valor de R\$ 2.863,8 milhões em 2021, representando uma redução de 18,92%, devido principalmente pela antecipação de pagamento da Senior Note em 2025 em janeiro de 2022.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida atingiu R\$ 3.745,0 milhões, redução de 0,98% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O volume total transportado, de 37,3 bilhões de TKU, foi 5,7% inferior a 2020. Principalmente pela quebra de safra do milho,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

que resultou em uma perda de 30,3% em relação ao ano anterior nesse produto, a redução desse volume foi atenuada pelo ganho de market share e o melhor desempenho no transporte de combustível e produtos industriais, que cresceram 38,8% e 5,1% respectivamente. O lucro operacional foi de R\$ 1.537,9 milhões, representando um aumento de 3,77% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A dívida líquida somou R\$ 2.863,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que comparado ao valor de R\$ 4.911,3 milhões em 2020, representando uma redução de 41,69%, devido principalmente pela antecipação de pagamento da Senior Note em 2024 e pré-pagamento parcial da Senior Notes 2025.

b) Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

O endividamento bruto no final de 2023 aumentou para R\$ 3.255,8 milhões, assim como a dívida líquida, que alcançou R\$ 2.562,1 milhões. Principalmente pela captação de R\$ 1.065,9 milhões para fins de reorganização societária junto a controladora Rumo S.A.. A alavancagem financeira se manteve dentro das metas dos covenants contratuais, sem qualquer tipo de quebra desses índices. Em 31 de dezembro de 2023, os índices foram apurados utilizando uma interpretação mais conservadora dos ajustes previstos nas formulas dos contratos, sendo a principal métrica utilizada, alavancagem = Dívida Líquida / Ebitda. A dívida consolidada da Rumo possui custo médio ponderado de aproximadamente 104% CDI, com um prazo médio de 5 anos. Para maiores informações sobre covenants contratuais veja o item (iv) níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 é evidenciado pela tabela a seguir:

<i>(em milhões de R\$, exceto %)</i>	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido	2.946,8	4.588,6	4.170,1
Endividamento Bruto ⁽¹⁾	-3.255,8	-3.140,0	-4.017,6
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	305,9	473,6	416,1
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	387,8	344,3	737,8
Dívida líquida ⁽²⁾	-2.562,1	-2.322,1	-2.863,7
Dívida líquida/PL ⁽³⁾	86,9%	50,6%	68,7%
<i>(1) Endividamento Bruto é a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos mercantis financeiros circulantes e não circulantes.</i>			
<i>(2) dívida líquida é calculada como a soma de empréstimos e financiamentos e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros circulantes e não circulantes, líquidos de instrumentos financeiros derivativos (ativo circulantes e não circulantes), menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e caixa restrito de dívidas bancárias e financiamentos.</i>			
<i>(3) Composto pela divisão da dívida líquida pelo valor do patrimônio líquido total do exercício.</i>			

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido era de R\$ 2.946,8 milhões, redução de 35,78% em relação a 31 de dezembro de 2022, devido à aumento/redução e devolução de capital em R\$ 2.409,6 milhões relativo a reorganização societária junto a controladora Rumo S.A., essa redução foi parcialmente compensada pelo resultado apurado no exercício de 2023, líquido das distribuições de dividendos (25% mínimos obrigatórios e complementares) e reservas obrigatórias.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentava um endividamento bruto no valor de R\$ 3.255,8 milhões, essa redução em relação ao ano de 2022 é explicada pela captação de recursos no montante de R\$ 1.065,9 milhões usados na reorganização societária com a Rumo S.A.. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentava um endividamento bruto no valor de R\$ 3.139,9 milhões, essa redução em relação ao ano de 2021 é explicada pelo pré-pagamento da *Senior Notes 2025* de R\$ 2.848,3 milhões em janeiro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentava um endividamento bruto no valor de R\$ 4.017,7 milhões, essa redução em relação ao ano de 2020 é explicada pelo pré-pagamento da *Senior Notes 2024* de R\$ 4.149,8 milhões em março de 2021 combinado com o pré-pagamento de 50% da *Senior Notes 2025* em novembro de 2021 no valor de R\$ 1.369,3 milhões.

O capital de terceiros da Companhia, representado pelo endividamento bruto, inclui o saldo das contas de empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamento mercantis financeiros circulantes e não circulantes. Estes recursos são utilizados principalmente para expansão das operações de logística integrada.

Estrutura de capital			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Capital de terceiros (total endividamento Bruto)	52,5%	40,6%	49,1%
Capital próprio (patrimônio líquido total do exercício)	47,5%	59,4%	50,9%
(em milhões de R\$, exceto %)	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido total do exercício	2.946,8	4.588,6	4.170,1
Endividamento Bruto	3.255,8	3.140,0	4.017,6
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	305,9	473,6	416,1
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	387,8	344,3	737,8
Dívida líquida	2.562,1	2.322,1	2.863,7
Dívida líquida/Patrimônio Líquido	86,9%	50,6%	68,7%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

c) **Comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamentos em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, suas disponibilidades e a expectativa de geração de fluxo de caixa, a administração entende que a Companhia terá capacidade de cumprir com todos os seus compromissos financeiros assumidos no curto prazo, embora não possa garantir que tal situação será mantida nos anos subsequentes. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a administração entende que a Companhia, e o grupo ao qual pertence, tem capacidade para contratá-los, como por exemplo o acesso ao mercado de capitais por meio de emissão de dívidas.

A seguir é apresentado um demonstrativo da dívida líquida e do capital circulante líquido da Companhia, nas datas indicadas:

A Companhia apresentava capital circulante líquido negativo (**“Capital de Giro Líquido Ajustado”**) em 31 de dezembro de 2023 e positivo em 2022 e 2021, respectivamente, nos montantes de R\$ 671,7 milhões, R\$ 372,7 milhões e R\$ 463,5 milhões. Os principais impactos decorrem do curto prazo de faturamento de clientes (7 a 15 dias) e prazo de pagamento de fornecedores mais longo (acima de 45 dias).

A administração da Companhia acredita que as obrigações de curto prazo poderão ser satisfeitas preponderantemente com a geração de caixa operacional dos seus negócios, que foi de R\$ 3.372,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 (comparado a R\$ 2.287,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022).

Vencimentos	Endividam ento Bruto (2023)	Caixa e equival entes de caixa e Títulos e valores mobiliá rio2023)	Instrum entos financei ros derivativ os	31/12/202	31/12/202	31/12/20
				3	2	21
Curto Prazo (até 1 ano)	-810,0	305,9	-27,1	-531,2	-344,8	-79,2
Longo Prazo	-2.445,8	0,0	414,9	-2.030,9	-1.977,3	-2.784,5
Total Endividamento	-3.255,8	305,9	387,8	-2.562,1	-2.322,1	-2.863,7

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Bruto¹ e dívida líquida²			
Ativo circulante, exceto caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos	558,2	1.060,0	1.052,2
Passivo circulante, exceto empréstimos, financiamentos e debêntures, derivativos e arrendamentos financeiros	-1.229,9	-687,3	-588,7
Capital de Giro Líquido Ajustado³	-671,7	372,7	463,5
<p>(1) Endividamento Bruto é a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros circulantes e não circulantes.</p> <p>(2) Dívida líquida é calculada como a soma de empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros, líquidos de instrumentos financeiros derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e caixa restrito de dívidas bancárias e financiamentos.</p> <p>(3) O capital de giro líquido ajustado não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o capital de giro líquido ajustado de maneira diferente ao calculado pela Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do capital de giro líquido ajustado é útil para comparar, periodicamente, o desempenho operacional da Companhia, bem como para nortear certas decisões administrativas.</p>			

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Em 31 de dezembro de 2023, a dívida líquida da Companhia era de R\$ 2.562,1 milhões, representando um aumento de 10,34% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (conforme explicado no item de estrutura de capital), basicamente se manteve nos mesmos patamares de anos anteriores, a pequena variação se dá por redução de caixa e aumento imaterial dos empréstimos e financiamentos no exercício. Em 31 de dezembro de 2022, a dívida líquida da Companhia era de R\$ 2.322,1 milhões, representando uma redução de 18,92% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (conforme explicado no item de estrutura de capital). Em 31 de dezembro de 2021, a dívida líquida da Companhia era de R\$ 2.863,7 milhões, representando uma redução de 41,69% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Os Diretores acreditam que a Companhia tem acesso às mais diversificadas fontes de financiamento, tais como mercado de capitais local e internacional, bancos comerciais e de investimento e agências de fomento, como, por exemplo, o acesso ao mercado de capitais por meio de emissão de dívidas em 2023, 2022 e 2021, que podem ser utilizadas para financiamento do capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes. A Companhia também pode recorrer ao autofinanciamento, por meio da retenção de lucros e/ou aumentos de capital.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía um endividamento bruto (empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros) de R\$ 3.255,8 milhões, se mantendo nos mesmos patamares de 2022, a dívida de curto prazo em dezembro de 2023 era de R\$ 810,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía um endividamento bruto (empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros) de R\$ 3.140,0 milhões, dos quais R\$ 755,0 milhões, ou 24,04%, eram representados por dívidas de curto prazo. O endividamento bruto da Companhia reduziu R\$ 877,8 milhões, entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, principalmente devido ao pré-pagamento das *Seniors Notes 2025* em janeiro de 2022, já explicado anteriormente. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía um endividamento bruto (empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos mercantis financeiros) de R\$ 4.017,6 milhões, dos quais R\$ 473,4 milhões, ou 11,78%, eram representados por dívidas de curto prazo. O endividamento bruto da Companhia reduziu R\$ 7.088,3 milhões, entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, principalmente devido ao pré-pagamento das *Seniors Notes 2024/2025* já explicado anteriormente.

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e 2020:

Contratos	Taxa de juros	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	Vencimento
Empréstimos e financiamentos					
Com garantia					
Finame (BNDES)	Pré-fixado	230	6.190	24.803	jan/24
Finem (BNDES)	URTJLP (i)	1.226.861	1.052.244	1.194.667	dez/29
NCE	CDI + 0,80%	-	355.770	515.928	dez/23

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	CDI + 3,15%	-	-	-	mar/21
<i>Senior Notes 2024</i>	Pré-fixado (US\$)	-	-	-	fev/24
<i>Senior Notes 2025</i>	Pré-fixado (US\$)	487.544	-	-	jan/25
<i>Senior Notes 2032</i>	Pré-fixado (US\$)	1.074.003	1.086.708	1.559.976	jan/32
		2.788.638	2.500.912	3.295.374	
Debêntures					
Debêntures conversíveis	não IPCA + 4,68%	396.202	518.680	543.752	fev/26
Debêntures privadas	CDI + 1,30% a.a.	-	-	-	nov/21
		396.202	518.680	543.752	
Total		3.184.840	3.019.592	3.839.126	
Circulante		772.592	711.056	422.941	
Não circulante		2.412.248	2.308.536	3.416.185	
		3.184.840	3.019.592	3.839.126	

Apresentamos a seguir descrição dos principais contratos financeiros celebrados pela Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

BNDES

Correspondem a recursos captados pelas suas Companhia destinados ao financiamento dos projetos de expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo intangível. Os contratos firmados têm como garantia avais da Rumo S.A, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

- FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados a investimentos no ativo imobilizado. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.
- FINEM – Financiamento de Empreendimentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados à implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos. Esses financiamentos estão sujeitos a juros

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

NCE

Para internação dos recursos da Senior Notes 2025 (pré-paga em 14 de janeiro de 2022), a controlada Rumo Malha Norte emitiu uma NCE em favor do Itaú, em 27 de abril de 2018, no montante de US\$ 500,0 milhões, com vencimento em 15 de janeiro de 2025. Por estratégia da Companhia, em 17 de novembro de 2021 foi realizado o pré-pagamento parcial de US\$ 250,0 milhões dessa NCE, com o saldo de US\$ 250,0 milhões restantes, esse instrumento foi aditado para compor a internalização da Senior Notes 2032.

Debêntures

Em 5 de dezembro de 2017, a companhia efetuou a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em Série Única, no montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos milhões) com vencimento em 5 de dezembro de 2025. As debêntures contam com garantia fidejussórias prestadas pela sua controladora Rumo S.A. O saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 501,1 milhões, considerando o valor principal mais juros apropriados até a data.

Em 22 de fevereiro de 2019, a Companhia exerceu o direito de resgate antecipado facultativo do instrumento particular de escrita da 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no montante de principal de R\$ 500.000 e, simultaneamente, emitiu, no mesmo montante, a 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia, nos termos da instrução da comissão de valores mobiliários nº 476.

Além disso, as escrituras das debêntures acima descritas preveem determinadas hipóteses de vencimento antecipado, que incluem, por exemplo:

- (a) Transferência do controle acionário, direto ou indireto, da emissora e/ou da garantidora, sem que tenham sido constituídas garantias adicionais as debêntures de forma satisfatória aos debenturistas;
- (b) Cisão, fusão ou incorporação da emissora e/ou da garantidora ou qualquer subsidiária ou qualquer foram de reorganização societária envolvendo emissora e/ou garantidora sem a prévia autorização dos debenturistas;
- (c) venda ou transferência de ativos relevantes da emissora e/ou da garantidora;
- (d) constituição de qualquer nova dívida que tenha preferência às

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- debêntures em eventual concurso de credores, exceto se as garantias forem compartilhadas com os debenturistas ou se tratar de eventual contrato de financiamento com o BNDES ou outra agência de fomento;
- (e) vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira, de valor igual ou superior a R\$ 50 milhões;
 - (f) descumprimento de sentença judicial transitada em julgado, que envolva valor unitário ou agregado superior a R\$ 50 milhões;
 - (g) falta de pagamento, de qualquer dívida financeira de valor unitário igual ou superior a R\$ 50 milhões, não sanado em até 15 dias contados da respectiva data de vencimento; e
 - (h) não cumprimento da legislação socioambiental, incluindo, mas não se limitando a legislação pertinente à Política Nacional do meio Ambiente e Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, bem como da legislação trabalhista, sem adotar as medidas e ações preventiva ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos, com destaque para o BNDES, que desembolsou para a Companhia recursos no montante de R\$ 347,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, R\$ 461,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 173,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2023 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em relação aos limites de endividamento, a Companhia Rumo S.A. e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros – limitando

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

indiretamente o nível de endividamento. Os indicadores financeiros consistem na razão entre: (i) Dívida Líquida (dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como leasing financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito de aplicações financeiras vinculadas a empréstimos e instrumentos derivativos)/EBITDA (lucro antes do imposto de renda e contribuição social, despesa financeira líquida, depreciação e amortização); (ii) EBITDA/Resultado Financeiro Consolidado (Soma de despesas financeiras oriundas de financiamentos bancários, operações de mercado de capitais, operações de leasing, arrendamento mercantil e Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI"), juros ativos e passivos sobre mútuos, amortização de ágio e deságio na cessão de direitos creditórios, resultado líquido de Operações de Derivativos e variações monetárias e cambiais ativas e passivas; (ii) menos receitas financeiras de aplicações financeiras.). A apuração é anual na data das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados da Companhia.

O *ratio* pactuado é de até 3,5x Dívida Líquida/EBITDA e Índice de Cobertura de Juros mínimo de 2,0x EBITDA/Resultado Financeiro, limites que estavam sendo atendidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2023.

Em relação à distribuição de dividendos, não há uma ressalva se a Companhia e suas controladas estiverem adimplentes com as obrigações previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos.

Existem contratos que preveem restrições para a distribuição de dividendos se a Companhia estiver em mora ou estiver com Covenants de Dívida Financeira Líquida/EBITDA > 3,5x, sendo que, neste caso, veda-se a distribuição de dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sem a aprovação previa do credor – exceto a distribuição mínima obrigatória prevista na Lei das Sociedades por Ações.

Com relação à alienação de ativos, a Companhia detém alguns contratos que vedam a alienação se não for objeto de aprovação prévia pelo credor.

Em se tratando da alienação do controle societário, a Companhia possui diversos contratos que vedam alteração do controle societário, porém trazem a ressalva de alteração do controle societário efetivo. Isto é, se a Cosan S.A. permanecer como controladora direta ou indireta da Companhia o evento não será considerado hipótese de vencimento antecipado. Por outro lado, se o controle societário for transferido a terceiros fora do grupo, será caracterizado como Evento de Inadimplemento e o credor poderá vencer o contrato antecipadamente.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros descritos no parágrafo acima, nos termos repactuados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, que variam de contrato para contrato. A tabela a seguir lista as dívidas e os indicadores financeiros. Os contratos possuem redações ligeiramente distintas sobre a definição dos indicadores de covenants e, dentre elas, os índices reportados utilizam a interpretação mais conservadora dos ajustes previstos nas fórmulas:

Indicador	Empresa	Dívida	Meta	Apuração
Alavancagem = Dívida Líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾	Rumo S.A.	Senior Notes 2028		
		Senior Notes 2032		
		ECA	≤ 3,5x	1,81x
		NCE		
		Debêntures ^(iv)		
	Brado	NCE	≤ 3,3x	1,18x
ICJ = EBITDA/Resultado Financeiro ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Rumo S.A.	Debêntures (11 ^a , 12 ^a , 13 ^a e 14 ^a) ECA	≥ 2,0x	3,84x

(i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como leasing financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito de aplicações financeiras vinculadas a empréstimos e instrumentos derivativos.

(ii) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, despesa financeira líquida, depreciação e amortização.

(iii) O resultado financeiro consolidado é representado pelo custo da dívida líquida consolidada.

(iv) As Debêntures 12^a e 13^a emissões, possuem covenant contratual de alavancagem em 3,0x (três vezes). Contudo, as mesmas possuem consentimentos prévios (waiver) que permitem à emissora extrapolar esse índice até o limite de 3,5x até 31 de dezembro de 2027.

Tendo em vista que a metodologia para apuração dos componentes dos índices financeiros é estipulada de modo específico em cada contrato de empréstimo e financiamento, não necessariamente esses valores correspondem aos valores de EBITDA e Dívida Líquida apresentados nos demais itens do Formulário de Referência ou aos índices contratuais estipulados.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia tinha o limite disponível de linhas de crédito de financiamento em bancos com rating AAA não utilizadas, no montante de R\$ 345,7 milhões (R\$ 345,7 milhões em 2020). A utilização destas linhas de crédito está condicionada ao atendimento de determinadas condições contratuais.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h) Alterações significativas em resultado e fluxo de caixa.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2023	AV	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	AH 2023 x 2022	AH 2022 x 2021
Receita operacional líquida	5.858.606	100,00%	5.058.588	100,00%	3.745.014	100,00%	15,82%	35,08%
Custos dos serviços prestados	-3.766.825	-64,30%	-2.963.146	-58,58%	-2.207.164	-58,94%	27,12%	34,25%
Lucro bruto	2.091.781	35,70%	2.095.442	41,42%	1.537.850	41,06%	-0,17%	36,26%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	-220.945	-3,77%	-132.798	-2,63%	-178.461	-4,77%	66,38%	-25,59%
Provisão para impairment	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Despesas operacionais	-224.209	-3,83%	-156.734	-3,10%	-172.062	-4,59%	43,05%	-8,91%
Equivalência patrimonial em associadas	2.716	0,05%	32.625	0,64%	11.711	0,31%	-91,68%	178,58%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	1.870.288	31,92%	1.971.333	38,97%	1.377.499	36,78%	-5,13%	43,11%
Resultado financeiro, líquido	-342.398	-5,84%	- 330.768	-6,54%	29.810	0,80%	3,52%	-1209,59%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	1.527.890	26,08%	1.640.565	32,43%	1.407.309	37,58%	-6,87%	16,57%
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	-
Corrente	-162.661	-2,78%	-263.371	-5,21%	-514.018	-13,73%	-38,24%	-48,76%
Diferidos	-27.566	-0,47%	-57.812	-1,14%	264.708	7,07%	-52,32%	-121,84%
Lucro/Prejuízo do exercício	1.337.663	22,83%	1.319.382	26,08%	1.157.999	30,92%	1,39%	13,94%

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Receita líquida

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a receita operacional líquida atingiu R\$ 5.858,6 milhões, aumento de 15,82% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O volume total transportado, de 45,4 bilhões de TKU, foi 1,65% maior a 2022. O resultado se deve principalmente ao maior volume de grãos, que cresceram 1,37% em relação ao ano anterior, e à melhora das condições de circulação na região da Baixada Santista ao longo do ano, que reduziram a eficiência da circulação de trens com destino ao Porto de Santos no primeiro trimestre, além de uma melhora na tarifa média de transporte ao longo de 2023. Também contribuíram para o resultado o crescimento dos volumes de líquidos, que cresceu 20,35%.

Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Os custos dos serviços prestados aumentaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 3.766,8 milhões quanto comparado a R\$ 2.963,1 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de 27,12%. Os custos dos serviços prestados representaram 64,30% e 58,58% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, principalmente por despesas com transporte de R\$ 2.764,4 milhões em 2023 comparado a R\$ 2.048,0 milhões em 2022. O aumento dos custos dos serviços prestados pode ser explicado com relação ao aumento da receita de transporte de 15,82% em 2023. As despesas gerais e administrativas em 2023 foram de R\$ 220,9 milhões versus R\$ 132,8 milhões em 2020. O custo fixo e as despesas gerais e administrativas também foram

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

afetados por gastos de remediação dos incidentes de segurança pública, recolha e destinação de resíduos de produtos e limpeza de lastro.

Resultado financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tivemos resultado financeiro líquido representado por despesas financeiras, líquidas de R\$ 342,4 milhões, comparativamente a uma receita financeira de R\$ 330,8 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2022, reflexo principalmente do custo da dívida bruta do exercício que foi impactado pelos juros e variações monetárias combinado com resultado dos derivativos de proteção cambial (hedges) e juros das dívidas com exposição em moeda estrangeira (USD), gerando uma perda ao longo do ano, o custo da dívida bruta em 2023 foi de R\$ 424,0 milhões comparado a R\$ 370,5 milhões em 2022; esse custo foi parcialmente compensado pelo rendimento das aplicações financeiras que em 2023 foram R\$ 107,4 milhões comparado a R\$ 59,8 milhões em 2022.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

A redução basicamente é explicada pelo benefício da Sudam em 2023 quando comparado a 2022, R\$ 246,7 milhões e R\$ 179,2 milhões, respectivamente, combinado com apuração de dívidas contratadas no exterior, cuja despesa financeira relativa a variação cambial e resultado de derivativos e valor justo foram maior em 2023, reduzindo assim a base de cálculo do imposto.

Lucro líquido

O lucro do período foi de R\$ 1.337,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em comparação com lucro líquido de R\$ 1.319,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de 1,39% devido aos motivos apresentados e explicados anteriormente nas linhas de resultado.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Receita líquida

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida atingiu R\$ 5.058,6 milhões, aumento de 35,1% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O volume total transportado, de 44,7 bilhões de TKU, foi 19,6% maior a 2021. Principalmente impulsionado pela normalização da safra de milho e pelo volume de farelo de soja.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Os custos dos serviços prestados aumentaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 2.963,1 milhões quanto comparado a R\$ 2.207,2 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2021, o que representou um aumento de 34,25%. Os custos dos serviços prestados representaram 58,58% e 58,94% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. O aumento dos custos dos serviços prestados pode ser explicado com relação ao aumento da receita de transporte de 35,08% em 2022. As despesas gerais e administrativas em 2022 foram de R\$ 132,8 milhões versus R\$ 178,5 milhões em 2020.

Resultado financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tivemos resultado financeiro líquido representado por despesas financeiras, líquidas de R\$ 330,8 milhões, comparativamente a uma receita financeira de R\$ 29,8 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2021, reflexo principalmente do custo da dívida bruta do exercício que foi impactado pelos juros e variações monetárias combinado com resultado dos derivativos de proteção cambial (hedges) e juros das dívidas com exposição em moeda estrangeira (USD), gerando uma perda ao longo do ano.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

A variação basicamente é explicada pelo resultado financeiro de 2021 quando comparada a 2022; como mencionado todo o imposto corrente e diferido foram gerados pelo ganho relativo ao pré-pagamento das dívidas Senior Notes 2024/2025 combinado com o desmonte dos hedges de proteção cambial dessas dívidas em 2021 e 2022.

Lucro líquido

O lucro do período foi de R\$ 1.319,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação com lucro líquido de R\$ 1.158,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o que representou um aumento de 13,94% devido aos motivos apresentados e explicados anteriormente nas linhas de resultado.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	2023x2022	2022x2021
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.372.500	2.287.063	3.067.946	47,5%	-25,5%
Caixa líquido utilizado (gerado) nas atividades de investimento	-515.754	-515.846	396.518	0,0%	-230,1%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-2.999.559	-1.698.146	-5.523.404	76,6%	-69,3%
Decréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	-142.813	73.071	-2.058.940	-295,4%	-103,5%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	246.696	173.625	2.232.565	42,1%	-92,2%
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	103.883	246.696	173.625	-57,89%	42,09%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O principal fator do aumento do caixa líquido gerado pelas operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi a geração de receita de transporte ao longo do ano, cuja o aumento foi de 15,82% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O volume total transportado, de 45,4 bilhões de TKU, foi 1,65% maior a 2022 combinado com uma melhor tarifa média de transporte de R\$ 124,2 reais em 2023 comparado a R\$ 109,0 reais em 2022. Principalmente impulsionado pela normalização da safra de grãos.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa utilizado nas atividades de investimentos foi de R\$ 515,8 milhões em 31 de dezembro de 2023 ficando nos mesmos patamares quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando houve geração de caixa de R\$ 515,8 milhões. Essa utilização de caixa pode ser explicada pela adição de CAPEX de R\$ 606,9 milhões em 2023.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa utilizado nas atividades de financiamento em 2023 reflete basicamente amortização de principal+juros dos empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 1.175,5 milhões combinado com redução de capital no montante de R\$ 2.650,0 milhões relativo a reorganização societária com a Rumo S.A., parcialmente compensada pela captação de recursos de R\$ 1.065,9 milhões junto ao BNDES e Citibank também relativo a operação de reorganização societária junto a Rumo S.A.

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

O caixa e equivalente de caixa variou de R\$ 246,7 milhões em 2022, para R\$ 103,9 milhões em 2023, em decorrência das atividades operacionais, de investimento e financiamento acima mencionadas. Adicionalmente, boa parte das disponibilidades da Rumo é classificada como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, apresentando este em 2023 um saldo final de R\$ 305,9 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O principal fator do aumento do caixa líquido gerado pelas operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi a geração de receita de transporte ao longo do ano, cuja o aumento foi de 35,1% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O volume total transportado, de 44,7 bilhões de TKU, foi 19,6% maior a 2021. Principalmente impulsionado pela normalização da safra de milho e pelo volume de farelo de soja.

Caixa líquido utilizado (gerado) nas atividades de investimento

O caixa utilizado nas atividades de investimentos foi de R\$ 515,8 milhões em 31 de dezembro de 2022 em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando houve geração de caixa de R\$ 396,5 milhões. Essa utilização de caixa pode ser explicada pela adição de CAPEX de R\$ 561,0 milhões em 2022. Em 2021 essa geração de caixa decorreu do recebimento de mútuo de R\$ 756,3 milhões.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa utilizado nas atividades de financiamento em 2022 reflete basicamente o pré-pagamento das dívidas relativas Senior Notes 2025 combinado com o desmonte dos hedges de proteção cambial no mesmo momento.

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

O caixa e equivalente de caixa variou de R\$ 173,6 milhões em 2021, para R\$ 246,7 milhões em 2022, em decorrência das atividades operacionais, de investimento e financiamento acima mencionadas. Adicionalmente, boa parte das disponibilidades da Rumo é classificada como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, apresentando este em 2022 um saldo final de R\$ 473,6 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta pelo (i) transporte ferroviário de produtos agrícolas, produtos industriais e contêineres e (ii) outras receitas que incluem receitas pelo direito de passagem de outras ferrovias e receitas pelo transporte de açúcar por outras ferrovias ou pelo modal rodoviário.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 foram e continuarão a ser influenciados pelos seguintes principais fatores:

- Ambiente macroeconômico brasileiro;
- Movimentações políticas e econômicas internacionais;
- Aquisições e venda de participações societárias, parcerias e reestruturações societárias;
- Demanda por serviços logísticos;
- Sazonalidade (safra e quebra de safra);
- Flutuações cambiais;
- Inflação;
- Operações de hedge;
- Volatilidade dos preços internacionais de petróleo (denominado em dólares) e mudanças correlatas nos preços domésticos de petróleo (denominado em reais), que impactem os resultados de transporte da Companhia;
- Crescimento do Produto Interno Bruto no setor do agronegócio brasileiro, que pode impactar a demanda pelos serviços da Companhia e, consequentemente, os volumes distribuídos e vendas no Brasil; e
- Políticas tarifárias adotadas pelo governo brasileiro e pelos estados nos quais a Companhia opera e, consequentemente, suas obrigações tributárias.;
- Conflitos internacionais, tais como guerras, invasões etc;
- Outros eventos/fatores que afetam diretamente os negócios da companhia incluindo; vandalismo, roubo, acidentes entre outros.

Impacto de conflitos internacionais

A Companhia continua monitorando os impactos da guerra da Ucrânia iniciada em 24 de fevereiro de 2022 pois constitui um evento de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das companhias. Atualmente, não é possível estimar a duração da crise geopolítica, que também pode ser intensificada por ações da Rússia e outros países.

As operações da Rumo não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os principais itens monitorados pela Companhia são potenciais impactos na oferta de fertilizantes, e impactos nos preços das commodities e combustíveis.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A Companhia também tem monitorado os desdobramentos do conflito no território israelense, em especial no âmbito da volatilidade nos preços da commodity de petróleo, flutuação do câmbio e juros. Até o momento, não houve impactos nas demonstrações financeiras anuais.

Reorganização societária

Em 19 de julho de 2023 a Companhia., aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, à Reorganização Societária da cisão do acervo líquido (Terminais), bem como a redução do capital social da Companhia, conforme comunicado ao mercado nas datas de 20 de abril, 02 de junho e 19 de junho de 2023. Com o impacto da reorganização, por meio da cisão, a Companhia, reduziu em R\$ 2.650.000 o seu capital social, e os investimentos diretos no Terminal XXXIX de Santos S.A., Terminal de Granéis do Guarujá S.A. – TGG e no Terminal Marítimo do Guarujá S.A. – TERMAG,. Esse movimento chegou um impacto no patrimônio líquido da companhia em R\$ 2.718.905, desses R\$ 2.650.000 é referente a redução do capital social, R\$ 309.322 referente a aumento de capital social por redução da reserva de lucros e R\$ 68.905 referência a reorganização societária dos investimentos.

b) variações das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

Os Diretores da Companhia entendem que os principais fatores determinantes da variação da receita bruta da Companhia, em função de sua composição, nos três últimos exercícios sociais foram a variação nos volumes e/ou tarifas operadas.

c) impacto relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia podem ser impactados por fatores diversos, tais como: (i) inflação; (ii) preços dos produtos transportados; (iii) desenvolvimento macroeconômico brasileiro.

A inflação pode impactar direta ou indiretamente as operações da Companhia uma vez que os custos e despesas operacionais são normalmente corrigidos por índices que refletem as oscilações inflacionárias, assim como variações no preço do diesel. Geralmente, estes ajustes são parcialmente ou totalmente compensados com reajustes das tarifas cobradas dos clientes da Companhia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres do auditor no último exercício social.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Até a data deste Formulário de Referência não foi introduzido ou alienado quaisquer segmentos operacionais em nossas atividades.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c) Eventos ou operações não usuais

Em 2023, ocorreram eventos ou operações não usuais, conforme descritas abaixo:

Reorganização societária

Em 19 de julho de 2023 a Companhia., aprovou em Assembléia Geral Extraordinária, à Reorganização Societária da cisão do acervo líquido (Terminais), bem como a redução do capital social da Companhia, conforme comunicado ao mercado nas datas de 20 de abril, 02 de junho e 19 de junho de 2023. Com o impacto da reorganização, por meio da cisão, a Companhia, reduziu em R\$ 2.650.000 o seu capital social, e os investimentos diretos no Terminal XXXIX de Santos S.A., Terminal de Granéis do Guarujá S.A. – TGG e no Terminal Marítimo do Guarujá S.A. – TERMAG,. Esse movimento chegou um impacto no patrimônio líquido da companhia em R\$ 2.718.905, desses R\$ 2.650.000 é referente a redução do capital social, R\$ 309.322 referente a aumento de capital social por redução da reserva de lucros e R\$ 68.905 referência a reorganização societária dos investimentos.

Em 2022, ocorreram eventos ou operações não usuais, conforme descritas abaixo:

Pré-pagamento Senior Notes 2025

Em 14 de janeiro de 2022 a Companhia efetuou o pré-pagamento da Senior Notes 2025, no valor de USD 500.000, equivalente a R\$ 2.848.332, com vencimento original em janeiro de 2025, conforme condições estabelecidas no contrato da operação firmado em janeiro de 2018. Os derivativos contratados para proteção da operação foram liquidados no mesmo período.

Contrato de cessão - FIPS

Em 27 de setembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a participação da Companhia no processo de Chamamento Público Constitutivo Nº 02/2022 conduzido pela Autoridade Portuária de Santos S.A. ("SPA"), cujo objeto é identificar interessados em celebrar Contrato de Cessão relativo a gestão, operação, manutenção e expansão da Ferrovia Interna do Porto de Santos ("FIPS"). Em 16 de dezembro de 2022 a Companhia foi aprovada pela Autoridade Portuária de Santos S.A. ("SPA") no processo de Chamamento Público Constitutivo, como resultado, a Companhia celebrou o Contrato de

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Cessão (“Contrato de Cessão”) relativo à gestão, operação, manutenção e expansão da Ferrovia Interna do Porto de Santos (“FIPS”). A associação que figurará como cessionária do Contrato de Cessão será composta por todas as operadoras ferroviárias igualmente aprovadas no âmbito do Chamamento Público. A efetiva constituição dessa associação depende da conclusão de procedimentos administrativos e societários, bem como a conclusão da transição operacional da ferrovia para a FIPS, momento que marcará o início do período de execução do Contrato de Cessão.

2.5 Medições não contábeis

a) informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, Endividamento Bruto, Dívida Líquida, Capital de Giro e Capital de Giro Líquido Ajustado

Apresentamos (i) EBITDA, Margem EBITDA, Endividamento Bruto, Dívida Líquida, Capital de Giro e Capital de Giro Líquido Ajustado, mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não sendo medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representando os fluxos de caixa dos períodos apresentados.

O EBITDA mede nossa lucratividade operacional e é calculado como resultado acrescido do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, resultado financeiro (líquido) e depreciação e amortização, de acordo com a definição utilizada na Instrução CVM nº 527/2012. Nós definimos Margem EBITDA como o EBITDA dividido pela receita líquida, expressa como um percentual.

O Endividamento Bruto é uma métrica usada para medir o quanto uma empresa possui de compromissos financeiros em curto, médio e longo prazo no seu patrimônio e o quanto ela depende do capital de terceiros e é calculada como a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos mercantis financeiros circulantes e não circulantes.

A Dívida Líquida mede nossa liquidez e é calculada como a soma de empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos mercantis financeiros, líquidos de instrumentos financeiros derivativos circulantes e não circulantes, menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e caixa restrito de dívidas bancárias e financiamentos.

O Capital de Giro mede nossa capacidade de pagar nosso passivo circulante com o ativo circulante e é calculado como a soma do ativo circulante total menos o passivo circulante total.

O Capital de Giro Ajustado líquido remove os elementos do cálculo do Capital de Giro que não se relacionam diretamente com as nossas operações, permitindo-nos ver quão bem nossos ativos e passivos de curto prazo estão sendo utilizados para conduzir nossas operações e representa o Capital de Giro menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, além de empréstimos, financiamentos e debêntures circulantes e instrumentos financeiros derivativos circulantes.

Nossa administração acredita que EBITDA, Margem EBITDA, Endividamento Bruto, Dívida Líquida, Capital de Giro e Capital de Giro Líquido Ajustado fornecem informações úteis para potenciais investidores, analistas financeiros e o público em sua revisão de nosso desempenho operacional e sua comparação de nosso desempenho operacional com o desempenho operacional de outras empresas no mesmo setor e em outros setores. No entanto, EBITDA, Margem

2.5 Medições não contábeis

EBITDA, Endividamento Bruto, Dívida Líquida, Capital de Giro e Capital de Giro Líquido Ajustado não são medidas contábeis e não devem ser considerados como substitutos de lucros ou prejuízos líquidos, fluxo de caixa das operações ou outras medidas de desempenho operacional ou liquidez determinadas de acordo com as normas contábeis aplicadas. Outras empresas podem calcular essas medidas de maneira diferente de nós e, portanto, nossa apresentação pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes de outras empresas. EBITDA, Margem EBITDA, Endividamento Bruto, Dívida Líquida, Capital de Giro e Capital de Giro Líquido Ajustado não se destinam a representar recursos disponíveis para dividendos ou outros usos discricionários por nós, porque estes recursos são necessários para dívidas com serviços, despesas de capital, necessidades de capital de giro e outros compromissos e contingências. Seguem abaixo os valores do EBITDA e da Margem EBITDA da Companhia para os últimos três exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

(Em milhões de reais, exceto porcentagens)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
EBITDA	2.415,0	2.460,8	1.867,4
Margem EBITDA	41,22%	48,65%	49,86%

Endividamento Bruto e Dívida Líquida

O endividamento bruto mede nossos compromissos financeiros em curto, médio e longo prazo no seu patrimônio e é calculada como a soma dos empréstimos, financiamentos é calculado como a soma de empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos mercantis (financeiros).

A dívida líquida mede nossa liquidez e é calculada como a soma de empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos mercantis (financeiros), líquidos de instrumentos financeiros derivativos circulantes e não circulantes, menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e caixa restrito de dívidas bancárias e financiamentos.

Seguem abaixo os valores do Endividamento Bruto e Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

(R\$ milhões)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Endividamento Bruto	3.255,8	3.140,0	4.017,6
Dívida Líquida	2.562,1	2.322,1	2.863,7

Capital de Giro Líquido Ajustado

O Capital de Giro Ajustado líquido remove os elementos do cálculo do Capital de Giro que não se relacionam diretamente com as nossas operações, permitindo-nos ver quão bem nossos ativos e passivos de curto prazo estão sendo utilizados para conduzir nossas operações, e representa o Capital de Giro menos caixa e

2.5 Medições não contábeis

equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, além de empréstimos, financiamentos e debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

Seguem abaixo os valores do Capital de Giro Líquido Ajustado em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
(R\$ milhões)			
Capital de Giro Líquido Ajustado	-671,7	372,7	463,5

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do lucro líquido para o EBITDA e Margem EBITDA

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado para os três últimos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

(Em milhões de reais, exceto porcentagens)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Resultado líquido do exercício	1.337,7	1.319,4	1.158,0
(-) IRPJ/CSSL corrente e diferido	190,2	321,2	249,3
(+) Resultado financeiro, líquido	342,4	330,8	-29,8
(+) Depreciação e amortização	544,7	489,4	489,9
EBITDA	2.415,0	2.460,8	1.867,4
Receita operacional líquida	5.858,6	5.058,6	3.745,0
Margem EBITDA	41,22%	48,65%	49,86%

Reconciliação do Endividamento Bruto e Dívida Líquida

A tabela abaixo demonstra a reconciliação dos saldos de Dívida Bruta e Dívida Líquida registrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

(R\$ milhões)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Reconciliação da Dívida Líquida			
Empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos financeiros (passivo circulante)	810,0	755,0	473,4
Empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos financeiros (passivo não circulante)	2.445,8	2.385,0	3.544,2
Endividamento Bruto	3.255,8	3.140,0	4.017,6
Caixa e equivalentes de caixa	-103,9	-246,7	-173,6
Títulos e valores mobiliários	-202,0	-226,9	-242,5
Instrumentos financeiros derivativos	-387,8	-344,3	-737,8
Dívida Líquida	2.562,1	2.322,1	2.863,7

Reconciliação do Capital de Giro Líquido Ajustado

A tabela abaixo demonstra a reconciliação dos saldos do Capital de Giro Líquido Ajustado registrado pela Companhia em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

2.5 Medições não contábeis

Cálculo do Capital de Giro Líquido Ajustado	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
(R\$ milhões)			
Reconciliação do Capital de Giro Líquido Ajustado			
Ativo Circulante	888,5	1.535,7	1.468,3
Passivo Circulante	-2.091,4	-1.507,8	-1.084,0
Capital de Giro	-1.202,9	27,9	384,3
Ativo e passivo circulante, exceto dívida líquida	-531,2	-344,8	-79,2
Caixa e equivalentes de caixa	103,9	246,7	173,6
Títulos e valores mobiliários	202,0	226,9	242,5
Empréstimos, financiamentos e debêntures (passivo circulante)	-772,6	-711,1	-422,9
Arrendamentos financeiros (passivo circulante)	-37,4	-43,9	-50,5
Instrumentos derivativos, líquidos	-27,1	-63,4	-21,9
Capital de Giro Líquido Ajustado	-671,7	372,7	463,5

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA, a Margem EBITDA, são informações adicionais às demonstrações financeiras, mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não sendo medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representando os fluxos de caixa dos períodos apresentados. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

Na Companhia, o EBITDA e a Margem EBITDA são utilizados como ferramentas para medição de desempenho e parâmetros de comparação com outras empresas para efeito gerencial, pois têm a vantagem de não serem afetados por variáveis específicas de determinados países ou regiões, como taxas de juros, regras de depreciação e diferenças tributárias. Desta forma, a utilização destes indicadores permite que a Companhia analise mais do que apenas seu resultado final (lucro ou prejuízo), que muitas vezes é insuficiente para avaliar seu real desempenho por ser frequentemente influenciado por fatores além dos operacionais. No entanto, o EBITDA apresenta certas limitações, como não considerar o montante de reinvestimento necessário para a manutenção da capacidade produtiva (consumido pela depreciação, amortização e perda por redução ao valor recuperável), podendo transmitir uma falsa ilustração da liquidez da Companhia, requerendo, assim, que tal indicador seja utilizado em conjunto com outras medições contábeis para que possa ser melhor interpretado.

2.5 Medições não contábeis

Endividamento Bruto e Dívida Líquida

O Endividamento Bruto e Dívida Líquida não são uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

A Companhia entende que a medição do Endividamento Bruto e Dívida Líquida são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Adicionalmente, nas escrituras de debêntures de emissão da Companhia e nos contratos financeiros, a Companhia está sujeita à observância de determinados índices financeiros (*covenants* financeiros) que utilizam a Dívida Líquida como parâmetro na forma definida nos respectivos instrumentos constitutivos da dívida. Para maiores informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia, bem como os índices financeiros (*covenants* financeiros) a que a Companhia está sujeita, vide item 2.1(f) deste Formulário de Referência, o qual se refere aos níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

Capital de Giro Líquido Ajustado

O Capital de Giro Líquido Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Capital de Giro Líquido Ajustado de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

A administração da Companhia entende que a medição do capital de giro líquido ajustado é útil para comparar, periodicamente, o desempenho operacional da Companhia, bem como para nortear certas decisões administrativas.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

(i) Liquidação adiantamento de partilha

Em 28 de fevereiro de 2024 a Companhia utilizou o saldo de R\$ 395.282 do adiantamento a fornecedor que detinha com a sua parte relacionada Rumo Malha Paulista, para liquidar o saldo de partilha de frete a pagar.

(ii) Renovação do benefício fiscal SUDAM

Em 20 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou junto à Receita Federal do Brasil – RFB o laudo constitutivo de número 143/2023, expedido pela SUDAM em 06 de dezembro de 2023, atestando o atendimento das condições e requisitos legais exigidos para renovação do benefício fiscal, por mais 10 anos. Diante do exposto a RFB através do uso de suas atribuições, decidiu em 13 de março de 2024, através do ato declaratório executivo de número 024213308, reconhecer o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, calculados com base no lucro da exploração, da pessoa jurídica Rumo Malha Norte.

2.7 Destinação de resultados

a) regras sobre retenção de lucros

Conforme artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, será atribuída à reserva para investimentos, desde que esta não exceda 100% do capital social subscrito, importância não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de empresas por ela controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos somente poderá ser constituída pela Companhia após a distribuição do dividendo mínimo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Devido ao benefício da Sudam, o montante equivalente ao benefício concedido apurado, não pode ser distribuído aos acionistas. Em 2023, a Companhia obteve extensão do prazo por mais 10 anos, em contrapartida a projetos de modernização do empreendimento situado na área da Amazônia Legal. Desta forma a companhia destina o valor equivalente ao benefício, a reserva de incentivo fiscal.

b) regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia, conforme artigo 36 e seguintes estabelece as regras aplicáveis à distribuição de dividendos, nos termos da legislação aplicável.

A Assembleia Geral é o órgão competente para deliberar sobre a destinação dos lucros do exercício e a distribuição dos dividendos, conforme a proposta do Conselho de Administração baseada nas disposições do Estatuto da Companhia e na Lei das S.A.

Previamente a cada Assembleia Geral, o Conselho de Administração deverá elaborar a proposta de destinação de lucro líquido apurado no exercício anterior. O Conselho de Administração possui competência, nos termos do inciso xxi, do Artigo 23 do Estatuto, para declarar dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre capital próprio.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

A periodicidade de distribuição de dividendos é anual, sendo que a Administração da Companhia pode apurar balanços semestrais ou em períodos menores para declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como o Conselho de Administração pode aprovar o pagamento de juros sobre o capital próprio, ambos imputados como antecipação do dividendo obrigatório.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

A Companhia não possui restrição à distribuição de dividendos.

2.7 Destinação de resultados

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui política de destinação de resultados, de modo que as regras constam no Estatuto Social da Companhia e na legislação aplicável.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iii. contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

2.10 Planos de negócios

a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia é controlada pela Rumo S.A., sendo os investimentos reportados de forma consolidada na proposta da mesma, contendo todos os projetos e investimentos em andamento/previstos nas controladas.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de financiamento para os investimentos nos ativos de logística, além da própria geração de caixa, advém de captações no mercado financeiro, aumentos de capital e linhas de crédito que a Controladora da Companhia obtém com bancos, a exemplo do BNDES.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Item não aplicável.

c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Item não aplicável.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

A Controladora da Companhia não possui projetos para novos produtos ou serviços, todavia estão sendo realizados investimentos para aumentar a área de abrangência do portfólio de serviços existente e ampliação de capacidade.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável.

2.10 Planos de negócios

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia possui em seu planejamento estratégico uma série de iniciativas e projetos que permitem a expansão da operação atrelada ao desenvolvimento sustentável, de modo que os desempenhos operacional e financeiro estejam cada vez mais alinhados com as práticas ESG. Além de contribuírem para a segurança e o aumento de capacidade para suportar o crescimento das operações, as iniciativas auxiliam na diluição dos custos e na melhora das margens da Companhia, promovendo um nível de crescimento sustentável no médio e longo prazos. A implementação da estratégia socioambiental passou por diversos ciclos de investimento, e possui, em suma, as frentes apresentadas a seguir:

Modernização da Ferrovia: Substituição dos dormentes de madeira (que duram aproximadamente 5 a 10) por dormentes de concreto ou aço (que possuem vida útil média superior a 20 anos). Este tipo de iniciativa, além de ampliar a vida útil do trecho e reduzir o nível de manutenção recorrente necessária, provê maior segurança e capacidade.

Infraestrutura para duplicação de trechos, construção, ampliação e modernização de nossos pátios e cruzamentos ferroviários: Foram realizadas obras de extensão dos pátios para comportar maiores composições de trens, que aumentaram de 80 para 120 vagões. Com isso, as condições de tráfego na linha foram aprimoradas, aumentando a capacidade, reduzindo significativamente o número de cruzamentos em vias singelas e consequentemente paradas em cruzamentos, resultando no menor consumo de combustível e de emissões de gases do efeito estufa.

Aquisição, substituição e aperfeiçoamento do material rodante: A aquisição de novas locomotivas e vagões mais eficientes, contribuem para a redução do consumo de combustível e a ampliação da capacidade da malha. Adicionalmente, a implementação de novas tecnologias na operação, como a condução semiautônoma, por meio da utilização do Trip Optimizer, o sistema de “start-stop” em locomotivas e futuramente o PTC – Positive Train Control.

Em 2023, recebemos duas locomotivas híbridas, representando um marco significativo em nossa busca contínua por eficiência e sustentabilidade nas operações ferroviárias. Adquiridas da Progress Rail - Caterpillar, essas locomotivas oferecem uma eficiência operacional 20% superior em termos de emissões e são especialmente projetadas para percorrer trajetos com serras e curvas. Iniciando suas operações na região de Cascavel (PR), essas locomotivas têm a capacidade de carregar uma composição que, atualmente, exigiria seis locomotivas convencionais.

Com estas e outras iniciativas, em 2023, a Rumo atingiu uma de suas metas quantificáveis de redução das emissões específicas (considerando as emissões por TKU), de reduzir em 15% as emissões específicas até 2023, com ano base

2.10 Planos de negócios

em 2019, chegando a 17,4% de redução. A outra meta é de reduzir em 21% as emissões específicas até 2030, com ano base 2020, onde foram alcançados 8,9% nos três primeiros anos.

Outro destaque da estratégia ESG da Companhia é a vantagem competitiva em relação a transportes menos eficientes, como o modal rodoviário, uma vez que o transporte realizado por trens é cerca de 7,6x menos emissor de gases de efeito estufa e, em 2023, evitamos mais de 6,6 milhões de toneladas de CO₂, caso todo o volume transportado pela Rumo no ano fosse transportado por caminhões.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

A Companhia entende que todos os fatores que influenciaram seu desempenho operacional estão descritos no item 2.10 deste Formulário de Referência, sendo que eventuais fatores de risco que possam exercer influência sobre o resultado da Companhia estão descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O Conglomerado de empresas que compõe o “Grupo Rumo” é apresentado pelo grupo de ativos e concessões exploradas que garantem a natureza e a finalidade do serviço ofertado. Uma vez que os principais propósitos de tais empresas são comuns, elas possuem sinergias entre si, possuindo certo nível de interdependência. A Administração, para melhor representação das atividades operacionais do “Grupo Rumo”, optou por dividir suas unidades de negócios em três segmentos:

- **Operações Norte:** compreendida pelas operações ferroviárias, rodoviárias, transbordo nas áreas de concessão da “Controladora”, da Rumo Malha Norte S.A. (objeto deste Formulário de Referência), Rumo Malha Central S.A. e da Rumo Malha Paulista.
- **Operação Sul:** compreendida pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste.
- **Operações de Contêineres:** compreendida pelas operações da Brado Logística, que tem foco em logística de contêineres seja por transporte ferroviário ou rodoviário e os resultados de operações de contêineres nas malhas.

Abaixo estão descritas as principais iniciativas acerca dos Gerenciamento de Riscos desenvolvidos pela Controladora que também se aplica a Companhia.

a) **Formalização da Política de Gerenciamento de Riscos.**

Em 29 de outubro de 2018, o Conselho de Administração da Controladora aprovou a última versão da Política de Gestão de Riscos a qual pode ser consultada no nosso site de relacionamento com investidores conforme: <https://ri.rumolog.com/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>

b) **Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos:**

A Política de Gestão de Riscos da Controladora visa estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos, de forma a sustentar a realização de seus objetivos estratégicos de negócio, entre outros aspectos, por meio de um processo contínuo de identificação, avaliação, monitoramento e reporte dos riscos associados a tais objetivos.

O processo de gerenciamento de riscos é baseado, mas não se limita, no modelo COSO-ERM – Committe of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (“COSO”) e é integrado as metas e objetivos estratégicos de negócio da Controladora. Ao adotar tais procedimentos, a Controladora espera os seguintes benefícios: (i) consolidar os princípios e diretrizes a serem seguidos em todas as atividades associadas ao gerenciamento de riscos; (ii) mensurar

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

riscos e oportunidades para auxiliar na prevenção de crises e problemas; (iii) garantir maior transparência em relação aos riscos a que a Controladora está sujeita e estratégias de mitigação; (iv) difundir a cultura de gestão de riscos em todos os níveis da Controladora; (v) elevar o nível de maturidade em gestão de riscos da Controladora; (vi) tomar de decisões de negócios mais consistentes; e (vii) contribuir para a busca da excelência na gestão empresarial

(i) Identificação e mapeamento dos riscos para os quais se busca proteção:

A Controladora monitora os riscos descritos no item 4.1. deste Formulário de Referência e busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pela alta administração da Controladora. As principais naturezas dos riscos estão destacadas abaixo:

- **Riscos Estratégicos** estão associados à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da organização.
- **Riscos Operacionais** estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na reputação da sociedade, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.
- **Riscos Financeiros** são aqueles associados à exposição das operações financeiras da organização, segregados em:
 - Câmbio: associado à volatilidade do mercado e pode afetar a Controladora quando tiver ativos ou passivos atrelados à moeda estrangeira.
 - Juros: também associado à volatilidade do mercado. A Controladora pode, eventualmente, contratar dívidas e derivativos indexados a taxas de juros fixos ou flutuantes, porém, alterações na percepção de risco dos agentes do mercado podem gerar volatilidade nas curvas de juros e, desta forma, aumentar as despesas financeiras da Controladora.
 - Liquidez: situação em que a Controladora encontra dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros.
 - Crédito: associado às contrapartes da Controladora que podem, eventualmente, deixar de honrar seus compromissos e obrigações.
- **Riscos de Conformidade (Compliance)** aqueles associados à exposição a não cumprimento de leis e regulamentos emitidos pelos governos centrais e locais assim como regulamentos emitidos por entidades reguladoras ou mesmo de natureza interna. Estão associados a prevenção de lavagem de dinheiro, integridade, etc. A estrutura de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

monitoramento de gerenciamento de riscos da Controladora é baseada no modelo de linhas de defesa do COSO-ERM.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção e gestão:

Após a identificação dos riscos e a classificação nas categorias descritas no item acima, a Controladora realiza a sua avaliação. Esta etapa contempla a mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência. Importante considerar que a avaliação do impacto não apenas deve levar em consideração as consequências imediatas da materialização de um risco, mas também os efeitos indiretos reputacionais, uma vez que nem todos os riscos poderão ser qualificados. Já a avaliação da probabilidade deve levar em consideração o histórico de gestão de riscos e a chance de algo acontecer perante as ações, controles implementados e volume das operações existentes, ou seja, a análise da probabilidade dever ser feita sobre o risco residual.

Para gerenciar os riscos aos quais estamos expostos, contamos com o apoio das áreas de Controles Internos, Segurança da Informação e Compliance Jurídico Corporativo, bem como, do Comitê de Auditoria Estatutário, além dos times de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e do Comitê de Compliance da Cosan, que atuam de forma integrada em benefício de todas as empresas controladas. A atuação em conjunto permite à Controladora ter uma visão integrada dos riscos e controles, podendo fazer uma melhor avaliação das ações adotadas no tratamento ao risco.

O risco nunca pode ser eliminado por completo, no entanto, para definição das tratativas, a avaliação dos riscos é feita de forma conjunta, envolvendo tanto as áreas mencionadas, como também a Diretoria responsável pelo processo em que o risco foi identificado avaliando o grau de impacto versus probabilidade de ocorrência para cada risco identificado, para então definir-se o melhor instrumento de proteção, que podem ser:

- **Evitar:** Quando se elimina o fato gerador do risco, por exemplo, descontinuando determinado processo ou saindo de mercado específico.
- **Reduzir:** Quando são aplicáveis os controles internos (ex. aprovação, revisão, segregação de funções, reconciliação, perfis de acesso, etc.) para que o dano potencial do risco seja substancialmente reduzido.
- **Compartilhar:** Quando o risco é dividido com uma contraparte externa à Controladora. Exemplos de compartilhamento de riscos são as operações de hedge (moeda estrangeira, preços, juros) e apólices de seguro.
- **Aceitar:** Quando o impacto versus probabilidade do risco é considerado irrelevante, toma-se a decisão de aceitar o risco, pois o custo da ação de controle seria maior do que o próprio risco potencial envolvido.

No âmbito de riscos financeiros, há instrumentos específicos de proteção classificados abaixo:

Tipo de Risco	Instrumento de Proteção	
---------------	-------------------------	--

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Câmbio	Non Deliverable Forward (NDF) Swap Contrato Futuro de Câmbio - Contrato de Opções de Compra e/ou Venda de Moeda Estrangeira Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira
Juros	Swap Contrato Futuro de Taxa de Juros
Liquidez	- Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em títulos de renda fixa de curto prazo Contratação de limites para saque (Standby Credit Facility e Conta Garantida)
Crédito	- Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em Instituições Financeiras consideradas investment grade em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors, Fitch e Moody's - Contratos de Derivativos negociados com Instituições Financeiras consideradas investment grade em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors, Fitch e Moody's

O entendimento dos riscos e adoção de ações mitigatórias como resposta é de responsabilidade de todos os gestores da Controladora e de suas controladas. Os riscos mapeados são compartilhados para discussão e conhecimento do Comitê de Auditoria Estatutário, o qual é composto tanto por membros da Controladora como por membros independentes. Diante da diversidade do ambiente onde a Controladora gere seus negócios, não há o que se falar em instrumento único ou de exclusiva utilidade para todos os riscos que estamos expostos.

Cada risco mapeado recebe tratamento específico, determinado pelas áreas operacionais em conjunto com as áreas dedicadas e com a administração da Controladora.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos:

A estrutura de monitoramento e gerenciamento de riscos da Controladora é baseada de acordo com o modelo de linhas de defesa do COSO-ERM. As linhas de defesa consistem em um conceito que define os papéis e responsabilidades do processo de gestão de riscos, bem como, na interpretação desses papéis em

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

todos os níveis da Controladora com o objetivo de determinar as diretrizes e fortalecimento da governança, conforme indicado abaixo:

- 1ª Linha de Defesa: é representada pelos Gestores e Donos de Riscos das áreas de negócio os quais são responsáveis diretos, bem como pela detecção dos riscos frente aos processos e implementação das respostas corretivas e ações mitigatórias.
- 2ª Linha de Defesa: é representada pelas áreas de Controles Internos, Compliance Jurídico e Segurança da Informação da Controladora, que atuam como suporte para garantir o apropriado funcionamento da primeira linha, por meio da identificação de riscos, falhas e desvios de processos e procedimentos internos e auxiliá-los nas respostas e ações mitigatórias.
- 3ª Linha de Defesa: é representada pela Auditoria Interna, que atua no fornecimento de avaliações independentes à Administração para verificar a eficácia dos processos e controles internos e identificação de desvios operacionais e financeiros decorrentes de falhas e/ou fraudes dos processos internos. No exercício de suas funções, a Área de Auditoria Interna é representada pela Cosan S.A. de forma independente a administração. O resultado de todos os trabalhos da Auditoria Interna realizados pelo controlador da Controladora e relacionados a este tópico previstos no exercício, é reportado por meio de relatório ao Comitê de Auditoria Estatutário da Controladora submetido ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente da Controladora, aos Diretores e Gerentes envolvidos.

Adicionalmente o processo de gerenciamento de riscos conta com atuação e monitoramento do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, e de seus órgãos de assessoramento, incluindo o Comitê de Auditoria Estatutário além dos Diretores da Controladora, com o objetivo de desempenhar suas funções, conforme descrito no item 7 deste Formulário de Referência.

Entre outras competências que cabe ao Comitê de Auditoria Estatutário, reforçamos que este Comitê tem papel relevante no processo de gerenciamento de riscos, suportando a administração no assessoramento das atividades de (i) contratação dos auditores independentes, a fim de avaliar a sua independência e qualidade dos serviços prestados, (ii) supervisão de forma constante dos trabalhos realizados pelos auditores independentes, (iii) monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos relacionados as demonstrações financeiras intermediárias e anuais, (iv) gerenciamento dos riscos de Compliance, (v) elaboração do relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas: e quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Controladora, os auditores independentes em relação às demonstrações financeiras da Controladora.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Além do Comitê de Auditoria Estatutário, há, ainda, outros comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, que fazem o acompanhamento de negócios e condutas da Controladora, inclusive no que se refere ao gerenciamento de riscos a que ela está sujeita, sendo eles: (i) o Comitê de Pessoas, (ii) o Comitê de Transações entre Partes Relacionadas, (iii) Comitê Financeiro, (iv) Comitê de Estratégia e Sustentabilidade, (v) o Comitê Operacional e o (vi) Comitê de Divulgação e Negociação.

Dessa forma, a Controladora entende que sua estrutura organizacional, operacional e de controles internos é adequada para verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos.

Cabe a administração da Controladora estabelecer a manutenção do ambiente de controles internos relativos aos relatórios financeiros, incluindo a avaliação da efetividade dos mesmos por meio de testes de controles. Portanto, o sistema de controle interno da Controladora foi elaborado para garantir, de forma razoável e em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos. Vale mencionar que devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

Os controles referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras são executados sob a supervisão dos Diretores e sob a responsabilidade da Vice-Presidência Financeira da Controladora, para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade do processo de preparação e divulgação dos relatórios e demonstrações financeiras, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB. Em sua avaliação, a administração concluiu que, no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2023, a Controladora não apresentou deficiências significativas no ambiente de controles internos que pudessem impactar na elaboração, mensuração e apresentação sobre os relatórios financeiros.

c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Com base nas informações descritas acima (item 5.1), a Controladora entende que sua estrutura organizacional, operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos.

Além disso, o Comitê de Auditoria Estatutário da Controladora desempenha a função de assessorar o Conselho de Administração a verificar a adequação da estrutura operacional e dos controles internos de forma a garantir a efetividade da política de gerenciamento de riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

O Conglomerado de empresas que compõe o “Grupo Rumo” é apresentado pelo grupo de ativos e concessões exploradas que garantem a natureza e a finalidade do serviço ofertado. Uma vez que os principais propósitos de tais empresas são comuns, elas possuem sinergias entre si, possuindo certo nível de interdependência. A Administração, para melhor representação das atividades operacionais do “Grupo Rumo”, optou por dividir suas unidades de negócios em três segmentos:

- **Operações Norte:** compreendida pelas operações ferroviárias, rodoviárias, transbordo nas áreas de concessão da “Controladora”, da Rumo Malha Norte S.A. (objeto deste Formulário de Referência), Rumo Malha Central S.A. e da Rumo Malha Paulista.
- **Operação Sul:** compreendida pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste.
- **Operações de Contêineres:** compreendida pelas operações da Brado Logística, que tem foco em logística de contêineres seja por transporte ferroviário ou rodoviário e os resultados de operações de contêineres nas malhas.

Abaixo estão descritas as principais iniciativas acerca controles internos desenvolvidos pela Controladora que também se aplica a Companhia.

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Controladora adota práticas e controles internos, que asseguram substancialmente a qualidade, precisão e confiabilidade na elaboração das suas demonstrações financeiras. Os controles internos são estruturados com o objetivo de mitigação dos riscos e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

O processo de fechamento contábil é realizado em uma estrutura de acompanhamento dos processos de fechamentos por meio de módulos sistêmicos, e os controles referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras são executados sob a supervisão dos Diretores e sob a responsabilidade da Vice-Presidência Financeira da Controladora, para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB. Cabe destacar, que a administração da Controladora é responsável pelo estabelecimento e manutenção constante dos controles internos adequados

5.2 Descrição dos controles internos

relativos aos relatórios financeiros. Adicionalmente, a Controladora possui um Canal confidencial de Linha Ética, que permite aos nossos colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros relatarem situações que ferem o Código de Conduta, as Políticas internas e Leis vigentes, contribuindo para a mitigação de riscos de fraude em todas as áreas do nosso negócio.

Para avaliar a eficiência dos controles internos de preparação e divulgação das demonstrações financeiras, a administração realizou uma avaliação de riscos e processos de efetividade, incluindo testes de controles, utilizando como base os critérios do Internal Control Integrated Framework emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission ("COSO") – 2013. Com base nesses critérios, não foi identificadas deficiências significativas no nosso ambiente de controles internos que pudessem impactar a elaboração, mensuração, apresentação e avaliação sobre demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

O processo de gerenciamento de riscos conta com atuação e monitoramento do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, e de seus órgãos de assessoramento, incluindo o Comitê de Auditoria Estatutário além dos Diretores da Controladora, com o objetivo de desempenhar suas funções, conforme descrito no item 7 deste Formulário de Referência.

Entre outras competências que cabe ao Comitê de Auditoria Estatutário, reforçamos que este Comitê tem papel relevante no processo de gerenciamento de riscos, suportando a administração no assessoramento das atividades de (i) contratação dos auditores independentes, a fim de avaliar a sua independência e qualidade dos serviços prestados, (ii) supervisão de forma constante dos trabalhos realizados pelos auditores independentes (iii) monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos relacionados as demonstrações financeiras intermediárias e anuais, (iv) gerenciamento dos riscos de Compliance, (v) elaboração do relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas: e quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Controladora, os auditores independentes em relação às demonstrações financeiras da Controladora.

A Vice-Presidência Financeira, é a principal área responsável pelas demonstrações financeiras e que se reporta diretamente para a Presidência da Controladora, conta com o suporte da Diretoria de Transações Financeiras do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) para elaboração das demonstrações financeiras, garantindo a adoção das boas práticas de controles internos e observação das normas contábeis aplicáveis.

5.2 Descrição dos controles internos

A estrutura de monitoramento e gerenciamento de riscos da Controladora é baseada de acordo com o modelo de linhas de defesa do COSO-ERM. As linhas de defesa consistem em um conceito que define os papéis e responsabilidades do processo de gestão de riscos, bem como, na interpretação desses papéis em todos os níveis da Controladora com o objetivo de determinar as diretrizes e fortalecimento da governança, conforme indicado abaixo:

- **1ª Linha de Defesa:** é representada pelos Gestores e Donos de Riscos das áreas de negócio os quais são responsáveis diretos, bem como pela detecção dos riscos frente aos processos e implementação das respostas corretivas e ações mitigatórias.
- **2ª Linha de Defesa:** é representada pelas áreas de Controles Internos, Compliance Jurídico e Segurança da Informação da Controladora, que atuam como suporte para garantir o apropriado funcionamento da primeira linha, por meio da identificação de riscos, falhas e desvios de processos e procedimentos internos e auxiliá-los nas respostas e ações mitigatórias.
- **3ª Linha de Defesa:** é representada pela Auditoria Interna, que atua no fornecimento de avaliações independentes à Administração para verificar a eficácia dos processos e controles internos e identificação de desvios operacionais e financeiros decorrentes de falhas e/ou fraudes dos processos internos. No exercício de suas funções, a Área de Auditoria Interna é representada pela Cosan S.A. de forma independente a administração. O resultado de todos os trabalhos da Auditoria Interna realizados pelo controlador da Controladora e relacionados a este tópico previstos no exercício, é reportado por meio de relatório ao Comitê de Auditoria Estatutário da Controladora submetido ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente da Controladora, aos Diretores e Gerentes envolvidos.

Cabe, a administração da Controladora estabelecer a manutenção do ambiente de controles internos relativos aos relatórios financeiros, incluindo a avaliação da efetividade dos mesmos por meio de testes de controles. Portanto, o sistema de controles internos da Controladora foi elaborado para garantir, de forma razoável e em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos. Vale mencionar que devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

Adicionalmente, o Conselho de Administração deve manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria e demonstrações financeiras intermediárias e anuais e o Conselho Fiscal deve analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações

5.2 Descrição dos controles internos

financeiras elaboradas pela Controladora, bem como examinar as demonstrações financeiras do exercício social, e sobre elas opinar.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A estrutura de monitoramento e gerenciamento de riscos e controles internos é baseada de acordo com o modelo de linhas de defesa do COSO-ERM. As linhas de defesa consistem em um conceito claro de papéis e responsabilidades no monitoramento e gerenciamento, bem como, na interação desses papéis em todos os níveis da Controladora. Cabe a 2º e 3º Linha de Defesa avaliar a efetividade dos controles internos, sendo a 2º Linha de Defesa, representado pela principalmente pela área de Controles Internos e a 3º Linha de Defesa representado pela Auditoria Interna do controlador da Controladora, com reporte direto ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria Estatutário.

Todas as deficiências e pontos de melhorias identificadas possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas mensalmente pelos responsáveis e monitorados pela área de Auditoria Interna e Controles Internos. Adicionalmente o monitoramento e evolução dos planos são reportados trimestralmente para o Comitê de Auditoria.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Anualmente, a Controladora recebe do Auditor Independente o Relatório de Recomendação de Controles Internos, com a relação de todas as deficiências e recomendações identificadas sobre o ambiente de controles internos em conexão com a elaboração e avaliação das Demonstrações Financeiras. Com base no Relatório elaborado referente ao exercício de 31 de dezembro de 2023, a Controladora não apresentou deficiências significativas no seu ambiente de controles internos.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração, avaliou e discutiu todas as deficiências não significativas e oportunidades de melhorias reportadas e entende que tais deficiências e melhorias não geram distorções relevantes ou impactam na mensuração, elaboração e apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 31

5.2 Descrição dos controles internos

de dezembro de 2023.

Ainda assim, a Administração como responsável pela estrutura de controles internos, entende que seus processos podem ser aprimorados e como compromisso da melhoria contínua do seu ambiente de controles internos implementará ações necessárias para evolução desse ambiente..

5.3 Programa de integridade

O Conglomerado de empresas que compõe o “Grupo Rumo” é apresentado pelo grupo de ativos e concessões exploradas que garantem a natureza e a finalidade do serviço ofertado. Uma vez que os principais propósitos de tais empresas são comuns, elas possuem sinergias entre si, possuindo certo nível de interdependência. A Administração, para melhor representação das atividades operacionais das Companhias, optou por dividir suas unidades de negócios em três segmentos:

- **Operações Norte:** compreendida pelas operações ferroviárias, rodoviárias, transbordo nas áreas de concessão da “Companhia”, da Rumo Malha Norte S.A., Rumo Malha Central S.A. e da Rumo Malha Paulista.
- **Operação Sul:** compreendida pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste.
- **Operações de Contêineres:** compreendida pelas operações da Brado Logística, que tem foco em logística de contêineres seja por transporte ferroviário ou rodoviário e os resultados de operações de contêineres nas malhas.

Abaixo estão descritas as principais iniciativas acerca dos controles internos desenvolvidos pela Controladora que também se aplica a Companhia:

a) **se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

i- **os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia busca adotar os melhores procedimentos e práticas de mercado, de forma a obedecer à legislação e regulamentação aplicáveis, assim como às diretrizes do seu Código de Conduta e políticas internas do Grupo Cosan, do qual a Companhia faz parte, relacionadas à prevenção, detecção, e mitigação de desvios, fraudes, irregularidades e ilícitos, especialmente contra a Administração Pública.

Os documentos corporativos que reúnem as principais normas e os procedimentos afeitos ao tema são: (i) o Código de Conduta; (ii) a Política Anticorrupção; e (iii) a Política de Relacionamento com Órgãos Públicos, aplicáveis às sociedades integrantes do Grupo Cosan, disponíveis no site da Companhia (<http://ri.rumolog.com/ptb/estatutos-politicas-e-codigo-de-etica>), e com as seguintes características e objetivos:

- **Código de Conduta:** O Código de Conduta da Companhia foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de outubro de 2018 e sua última atualização foi aprovada em reunião do Conselho de

5.3 Programa de integridade

Administração realizada em 10 de agosto de 2023. O Código é aplicável a todos os colaboradores da Rumo e também aos clientes, parceiros de negócios, agentes intermediários, procuradores, subcontratados, prestadores de serviços e fornecedores de bens e serviços, diretos ou indiretos, regulando os princípios e as práticas éticas que regem o relacionamento interno e externo da Companhia, e norteando a atuação dos seus funcionários. O Código de Conduta traça os princípios, valores, procedimentos e boas práticas a serem observadas, por exemplo, com relação à mitigação de conflito de interesses, comutatividade das transações entre partes relacionadas, relacionamento com órgãos públicos, direitos humanos, doações e contribuições políticas, observância à Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 7.309/2018 ("LGPD"), às leis antitruste e leis de combate ao trabalho análogo à escravidão.

- **Política Anticorrupção:** A Política Anticorrupção foi criada em 1º de agosto de 2015, revisada em 3 de julho de 2020 e tendo sido revisada e ratificada pelo Conselho de Administração da Cosan S.A. ("Cosan") no dia 26 de dezembro 2023. A Política é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, inclusive clientes, prestadores de serviços e fornecedores, tendo por objetivo conscientizar todos os parceiros de negócios acerca das normas constantes da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Brasileira), bem como definir as diretrizes a serem praticadas pelos colaboradores, em conformidade com a referida lei, com Lei Norte-Americana sobre Práticas de Corrupção no Exterior (FCPA – Foreign Corrupt Practices Act) e com a Lei Britânica Anticorrupção (UK Bribery Act).
- **Política de Partes Relacionadas e Conflito de Interesses:** A Política de Partes Relacionadas e Conflito de Interesses foi criada em 29 de outubro de 2018, tendo sido revisada e ratificada pelo Conselho de Administração no dia 9 de outubro de 2023 (data da última revisão). A Política é aplicável a todos os colaboradores da Companhia e estabelece as diretrizes para a realização de Transações entre Partes Relacionadas e para situações de potenciais Conflitos de Interesses.
- **Política de Doações e Patrocínios:** A Política de Doações e Patrocínios foi aprovada do Conselho de Administração em 29 de outubro de 2018 e revisada em Reunião realizada em 11 de março de 2024 e é aplicável para todos os colaboradores da Companhia. A Política estabelece diretrizes para a realização de doações e patrocínios que envolvam a transferência de bens imóveis, móveis integrantes do patrimônio da Rumo e suas Controladas, inclusive valores monetários ou ainda serviços da Rumo, de modo a garantir que as doações e patrocínios sejam realizados com transparência, integridade e legalidade.
- **Política de Relacionamento com Órgãos Públicos:** A Política de Relacionamento com Órgãos Públicos foi criada em 5 de maio de 2014, revisada em 3 de julho de 2020 e tendo sido revisada e ratificada pelo

5.3 Programa de integridade

Conselho de Administração do Grupo Cosan no dia 26 de dezembro 2023. A Política é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, bem como terceiros e tem por objetivo estabelecer as diretrizes para relacionamento com órgãos públicos, de forma a evitar qualquer infração ética pelos colaboradores e parceiros de negócios da Companhia.

Políticas são revisadas quando há efetiva necessidade, diante de adoção de novas medidas, complementação das já existentes, mudanças nos processos internos e/ou alteração da legislação pertinente.

Os riscos de integridade são avaliados, no máximo, anualmente, ou quando há efetiva necessidade de revisão em periodicidade menor.

ii- as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia de independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia mantém sua estrutura de *Local Compliance*, assim como aplicável às demais sociedades integrantes do Grupo Cosan, aprovada no dia 8 de agosto de 2019, pelos membros do Comitê Estatutário de Auditoria da Cosan, comitê este o qual é composto em sua integralidade por membros independentes, que cumprem os requisitos da Resolução CVM 80/2022.

A área de Compliance da Companhia reporta-se ao Vice-Presidente Jurídico e tem por objetivo assegurar a conformidade com as leis nacionais e internacionais, regulamentos, normas e políticas organizacionais, atendendo aos princípios de governança e padrões éticos, através da identificação, avaliação, mitigação e monitoramento dos riscos de conformidade e da disseminação da cultura de integridade para todas as partes interessadas, incluindo a gestão do Programa de Integridade.

A Companhia possui um Comitê de Ética, que tem como função:

- avaliar e monitorar as exposições de risco de Compliance da Companhia;
- gerir o Código de Conduta;
- deliberar acerca da realização de investigação interna e apuração de denúncias sobre comportamento antiético, assédio, fraude, conflito de interesses ou violações de políticas;
- analisar e julgar os casos de desvios de maior criticidade;
- recomendar planos de ação e propor as medidas disciplinares cabíveis para a adequação da conduta da Companhia e de seus colaboradores;
- supervisionar e orientar, através de diretrizes gerais, as atividades da área Compliance Jurídico da Companhia.

O Comitê de Compliance tem como atribuição:

- aprovar revisões do Código Conduta, políticas de Compliance e diretrizes do “Programa de Integridade”;
- deliberar sobre a solução das denúncias de atos de corrupção (integridade);

5.3 Programa de integridade

- receber os reports das denúncias de alta criticidade dos Comitês de Ética, podendo recomendar medidas adicionais;
- reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário a consolidação das denúncias(éticas ou integridade) recebidas no período; e
- assegurar a uniformidade dos procedimentos e premissas adotadas dos Comitês de Ética.

O Comitê de Auditoria Estatutário:

É o órgão de auxílio diretamente vinculado e subordinado ao Conselho de Administração da Companhia, de funcionamento permanente, com a composição e as competências fixadas em regimento interno. O Comitê é responsável, principalmente:

- pelo assessoramento ao Conselho de Administração em relação aos processos de controles internos, administração de riscos e Compliance;
- pela supervisão das atividades da Auditoria Interna, Canal de Ética e Segurança da Informação; e
- pela supervisão das atividades da Companhia.

Para auxiliar os reportes, a Companhia utiliza áreas de (i) Controles Internos Corporativos, (ii) Auditoria Interna Corporativa Grupo Cosan; e (iii) Segurança da Informação, que têm as funções abaixo definidas:

Controles Internos:

- Elaborar, revisar e divulgar limites de autoridade, políticas e procedimentos;
- Garantir acessos adequados aos sistemas corporativos e alçadas de aprovação;
- Desenhar e implantar os controles necessários para adequada mitigação dos riscos dos negócios;
- Realizar follow-up das recomendações de auditoria para assegurar a implantação e aprimoramento do ambiente de controles;
- Prover informações e treinamentos de controles internos necessários para disseminação da cultura de governança; e
- Realizar gestão e investigação dos relatos recebidos no Canal de Ética para apuração dos fatos e adoção das tratativas necessárias.

Auditoria Interna Corporativa Grupo Cosan

- Realizar avaliação geral de riscos e elaborar Plano Anual de Auditoria com base na criticidade dos processos;
- Avaliar a performance dos processos e controles internos por meio da execução do Plano Anual de Auditoria;
- Conduzir o processo de avaliação interna e acompanhar a avaliação da auditoria externa dos controles SOX;
- Realizar testes periódicos de controles para garantir a sua efetividade frente aos riscos mapeados;
- Reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário os resultados dos trabalhos e assuntos relevantes do período.

5.3 Programa de integridade

iii- se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta da Companhia, que reúne os valores empresariais, práticas, procedimentos, princípios-chave e normas de conduta relacionadas a decisões éticas, é aplicável aos administradores, conselheiros e colaboradores, bem como para clientes, parceiros de negócios (fornecedores, terceiros, representantes), agentes intermediários, procuradores e qualquer pessoa que atue em nome da Companhia. Dessa forma, todos os envolvidos com a Companhia, independentemente de hierarquia, são responsáveis por criar e incentivar a cultura de realização de negócios pautados na ética.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O não cumprimento do Código de Conduta, das políticas internas da Companhia e das leis nacionais ou internacionais, poderá sujeitar o infrator à aplicação de sanções cabíveis, determinadas de acordo com a gravidade da conduta praticada pelo colaborador. As sanções estão previstas na Política de Medidas Disciplinares, incluindo, dentre outras (i) advertência verbal ou escrita; (ii) suspensão de 1 a 3 dias (a depender da gravidade); e (iii) desligamento. Após as análises realizadas pelas áreas responsáveis, cabe ao gestor imediato aplicar a devida medida disciplinar. Sem prejuízo da aplicação de medidas disciplinares, as condutas ilícitas devidamente apuradas e comprovadas serão reportadas às autoridades competentes e ainda passíveis de responsabilização cível e criminal aplicável.

Terceiros eventualmente infratores estarão sujeitos às sanções comerciais contratuais cabíveis, incluindo a imediata rescisão contratual, com aplicação das penalidades decorrentes da rescisão, sem prejuízo de ação indenizatória e outras providências legais cabíveis.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração em sua versão atual em 10 de agosto de 2023 e encontra-se disponível nos canais de comunicação internos da Companhia, no website de Relações com Investidores (<https://ri.rumolog.com/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas>), além das páginas da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

5.3 Programa de integridade

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Ética, como o canal de denúncia é denominado no Grupo Cosan, é gerenciado por um terceiro contratado com a finalidade de garantir a idoneidade de todo o processo pelo qual é responsável. O Canal de Ética é utilizado para denúncias, relatos e comunicações de questões relacionadas aos assuntos mencionados no Código de Conduta e nas políticas internas da Companhia.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Ética pode ser acessado tanto por colaboradores quanto por terceiros, através dos canais de comunicação internos da Companhia ou por meio do endereço www.canaldeetica.com.br/cosan. O contato também pode ser realizado pelo telefone 0800 725 0039 de Segunda a Sábado, das 8h00 às 20h00.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante

Exceto se por força de lei ou solicitação judicial, a Companhia garante o anonimato aos denunciante, bem como o sigilo das informações e dos relatos feitos por meio do Canal de Ética. O canal é gerido por uma empresa terceirizada, que recebe as denúncias e dá o encaminhamento adequado, com a utilização de sistemas e procedimentos de controles que asseguram o sigilo e a confidencialidade da denúncia.

Conforme expressamente instituído em seu Código de Conduta, a Companhia não tolera nenhum tipo de retaliação contra qualquer pessoa, interna ou externa, que comunique de boa-fé uma violação ou suspeita de violação de qualquer norma jurídica ou do Código de Conduta.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As apurações e investigações das denúncias recebidas relativas às infrações e desvios éticos são realizadas pelo Compliance Jurídico, tendo como instância deliberativa o Comitê de Ética da Companhia.

Para denúncias ou incidentes relativos às infrações à lei anticorrupção, fraudes ou desvios contábeis as apurações e investigações são conduzidas pelas equipes de Auditoria Interna Corporativa Grupo Cosan e Compliance Jurídico.

No último exercício social referente a 31 de dezembro de 2023 a Companhia recebeu 911 manifestações relativas ao Código de Conduta em seu Canal de Ética.

c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve casos de fraudes, irregularidades ou atos ilícitos praticados contra a Administração Pública a serem reportados pela Companhia.

5.3 Programa de integridade

d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Item não aplicável, considerando que, como descrito acima, a Companhia possui regras, procedimentos ou práticas voltadas para preservação, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública.

5.4 Alterações significativas

Não houve, no último exercício social, alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que o Emissor julgue relevante que não tenham sido expostas no item acima.